



RELATÓRIO DO COMITÉ PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL E PROGRAMAS ESPECIAIS (HSDSP) DO FP DA SADC PARA A 54.^a SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

TEMA: "AMPLIFICAR AS VOZES DOS CIDADÃOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL: COLMATAR O DÉFICE DE PARTICIPAÇÃO LEVANDO O PARLAMENTO ÀS PESSOAS".

Senhor Presidente, peço que esta Assembleia Plenária adopte o Relatório do Comité Permanente para o Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais (HSDSP) para a 54.^a Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, apresentado no dia 22 de novembro de 2023.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

1.0	COMPOSIÇÃO DO COMITÉ	4
2.0	TERMOS DE REFERÊNCIA	4
3.0	NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS, DATA E TEMA	4
4.0	ANTECEDENTES	4
5.0	RESUMO DA APRESENTAÇÃO	5
5.1	Combater o impacto das catástrofes induzidas pelo clima no abandono escolar na SADC	6
5.2	Progressos e obstáculos à implementação dos compromissos relativos às populações-chave a nível da SADC	6
5.3	Prestação de Serviços de SDSR para grupos vulneráveis durante crises humanitárias, especialmente em zonas rurais	7
5.4	Reduzir as barreiras que impedem os alunos de aceder a um ensino de qualidade, o que aumenta as taxas de absentismo nas aulas e o baixo desempenho	8
5.5	Acabar com o casamento infantil	8
5.6	O papel do Parlamento na promoção de agendas educativas inteligentes para a aprendizagem de competências para a vida e a prevenção de doenças	8
5.7	Como acelerar a transposição para o ordenamento jurídico nacional da Lei Modelo da SADC sobre a Violência Baseada no Género a nível nacional e que medidas concretas podem ser tomadas para prevenir proactivamente a violência baseada no género nas comunidades e garantir apoio abrangente e justiça para os sobreviventes	9
5.8	Como ultrapassar os obstáculos à educação e ao desenvolvimento de competências das raparigas e das mulheres para garantir a igualdade de acesso às oportunidades educativas	10
5.9	Como é que o Parlamento se pode envolver ativamente com o tema "Educação 2024" da União Africana e com o seu roteiro para a educação, destinado a incentivar os Estados-Membros a aplicarem medidas para eliminação das causas profundas que impedem a educação a todos os níveis	10
5.10	Desbloquear um futuro mais saudável: dar prioridade ao controlo do tabaco na região da SADC e à necessidade urgente de iniciar debates sobre o estabelecimento de uma Lei Modelo da SADC sobre o Controlo do Tabaco	11
5.11	Aproveitar a investigação liderada por jovens na integração das doenças não transmissíveis na luta contra o VIH/TB	13

5.12 Apelo para acelerar a transposição da Lei Modelo da SADC sobre a Violência Baseada no Género para o direito nacional e abordar de forma abrangente os desafios da VBG na região da SADC	13
5.13 Não deveria ser necessário um tema anual: Educar para o lugar de África na 4^a Revolução Industrial.....	13
5.14 Educação sexual abrangente (ESA).....	13
6.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO.....	14
7.0 CONCLUSÃO	15
8.0 APÊNDICE:	17

1.0 COMPOSIÇÃO DO COMITÉ

O Comité foi composto pelos seguintes membros:

1.	Sra. Dep. Rosie Bistoquet	Seicheles (Presidente)
2.	Sr. Dep. Kassim Hassan Haji	Tanzânia (Vice-Presidente)
3.	Sra. Dep. Luisa P. F. Damião Santos	Angola
4.	Sr. Dep. Tshoganetso Leuwe	Botsuana
5.	Sr. Dep. Ngbonda Daully Nestor	RDC
6.	Sr. Dep. Mope Khati	Lesoto
7.	Sra. Dep. Fiarovana Lovanirina Célestin	Madagáscar
8.	Sra. Dep. Rachel Zulu	Malawi
9.	Sr. Dep. Ashley Ittoo	Maurícia
10.	Sra. Dep. Agnes Kafula	Namíbia
11.	Sr. Dep. Desmond Lawrence Moela	África do Sul
12.	Sr. Dep. Julien Nyemba	Zâmbia

2.0 TERMOS DE REFERÊNCIA

Os Termos de Referência do Comité Permanente para o Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais (HSDSP) estão expressos no número 5 do Artigo 41º do Regulamento Interno do FP da SADC, como se segue:

- 5) Tratar das questões de desenvolvimento humano e social relacionadas com a saúde e luta contra o tráfico ilícito de drogas, o VIH/SIDA, o desenvolvimento dos recursos humanos, a educação, a formação profissional, o emprego e o trabalho, a cultura e o desporto, a ciência e a tecnologia e as questões humanitárias, bem como outras questões a determinar em conformidade.

3.0 NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS, DATA E TEMA

O Comité Permanente para o Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais (HSDSP) convocou e realizou uma Audiência Pública Virtual a 13 de outubro de 2023 dedicada ao tema: "*Amplificar as Vozes dos Cidadãos na Integração Regional na África Austral: Colmatar o défice de participação, levando o Parlamento às pessoas*".

4.0 ANTECEDENTES

A região da SADC continua a enfrentar um grande número de desafios devido às necessidades prementes criadas pelas catástrofes induzidas pelas alterações climáticas, e seus efeitos em cascata nas infra-estruturas sociais. Esta situação tem um impacto negativo no acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, sendo também terreno fértil para outros vícios sociais como a discriminação de género, os casamentos forçados de crianças e o trabalho infantil. Os desafios acima referidos são ainda agravados pelo facto de a região da SADC ainda estar a sofrer os efeitos da pandemia da COVID-19. Estes desafios têm tido um efeito adverso nos passos que já tinham sido dados pela região no sentido de alcançar as aspirações da Visão 2050 da SADC, da Agenda 2063 para África e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Os desafios imprevisíveis acima referidos constituem um rude golpe para a realização dos programas de desenvolvimento humano e social. Os compromissos internacionais mencionados no parágrafo anterior podem ser plenamente alcançados com uma mão de obra africana qualificada, ou seja, uma força de trabalho qualificada em função de uma educação de qualidade, conforme defendido pelo ODS 4 que visa "*Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*". Numerosas barreiras continuaram a impedir a realização deste objetivo na região da SADC. Além disso, a região da SADC não foi poupada pela contracção da economia mundial, que afectou negativamente o contexto macroeconómico dos Estados membros. Os governos acabaram por anular ou subfinanciar áreas críticas como a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR – SRHR, na sigla em Inglês) e a educação.

Foi neste contexto que o FP da SADC identificou a necessidade de realizar audiências públicas para dar aos cidadãos a oportunidade de apresentarem as questões que afectam as comunidades dos Estados Membros. A audição pública foi utilizada como um instrumento para estimular a democracia participativa, contribuindo assim para a trajetória de integração regional.

5.0 RESUMO DA APRESENTAÇÃO

O Comité recebeu várias contribuições das seguintes pessoas e organizações:

- i. Gabinete Regional da Amnistia Internacional para a África Oriental e Austral, ESARO;
- ii. Vivian R Ngaiza, da Tanzânia;
- iii. Aliança para a SIDA e os Direitos na África Austral (ARASA);
- iv. Queen Kimmy Mwandira, em prol dos direitos de saúde sexual e reprodutiva dos jovens, que trabalha com raparigas adolescentes e mulheres jovens;
- v. Towera Ngwira, fundador e director executivo de uma organização dirigida por jovens, a *Extra Mile Development Foundation* (EMDEF), no Malawi;
- vi. Shora Kauluka, Directora Executiva da *Fountain of Hope* (FOHOP);
- vii. Maria Mchome
- viii. Oxfam na África Austral, representada por Lingalireni Mihowa;
- ix. Vivian R Ngaiza, da Tanzânia;
- x. Vivian Joseph, pessoal médico e chefe do grupo de saúde SAYOF;
- xi. Jacqu Krish;
- xii. Dr. Blessings Kasenge, médico na Zâmbia, representante do Parlamento dos Jovens da SADC para a Zâmbia;
- xiii. Ziada Kassimu, jovem da Tanzânia;
- xiv. Foster Mafiala, em representação do *Southern Africa Trust* (SAT); e
- xv. Ashwell Forbes, em representação do *Southern Africa Trust* (SAT)

As pessoas acima mencionadas apresentaram contributos sobre os seguintes temas:

5.1 Combater o impacto das catástrofes induzidas pelo clima no abandono escolar na SADC

As contribuições sobre este tema sublinharam o impacto que o ciclone tropical Ana teve no Zimbabué, em Moçambique, em Madagáscar e no Malawi em finais de Janeiro de 2022. Este ciclone deixou um rasto de catástrofes ao longo da fronteira nordeste do Zimbabué, em partes de Moçambique, de Madagáscar e do Malawi, tendo provocou danos desde ligeiros a consideráveis nas infra-estruturas, incluindo, estradas, escolas e pontes. Isto resultou na deslocação de pessoas e destruição de alimentos. Os documentos apresentados salientam o facto de as pessoas deslocadas não terem acesso aos serviços sociais e de as crianças serem obrigadas a abandonar a escola. As apresentações também lamentam a falta de investimento por parte dos governos da região da SADC em campanhas de sensibilização sobre as alterações climáticas e a falta de sistemas de alerta precoce, mencionando ainda a falta de colaboração entre os governos e as Organizações Não Governamentais (ONG) para fazer face às catástrofes provocadas pelas alterações climáticas.

5.2 Progressos e obstáculos à implementação dos compromissos relativos às populações-chave a nível da SADC

As apresentações destacaram os esforços envidados por Moçambique, pela África do Sul e pelo Zimbabué no sentido de cumprirem os Compromissos Específicos relativos às Populações-Chave, salientando que havia consenso sobre a importância destes compromissos, havendo, contudo, falta de conhecimento sobre os mesmos.

As intervenções apresentadas reflectem sobre a estigmatização em torno das questões atinentes às populações-chave, especialmente no que diz respeito ao acesso aos serviços sociais. O apresentador sugeriu ainda que se desse prioridade aos programas de sensibilização para as necessidades destas populações. Foi salientado que o nível de conhecimento e as atitudes em relação aos Compromissos Específicos relativo às Populações-Chave revelou que havia muito pouco conhecimento sobre as Normas Mínimas do FP da SADC para a Protecção da SSR das Populações-Chave.

No entanto, foi afirmado que tinham sido identificados alguns passos positivos no Zimbabué quando uma alteração à Lei do Direito Penal (Codificação e Reforma) descriminalizou o que era tradicionalmente designado por "transmissão voluntária e deliberada do VIH". A apresentação indicou que se tratava de um passo positivo, uma vez que a criminalização da transmissão do VIH resultava na promoção da não revelação do estado de VIH entre parceiros sexuais.

As apresentações também destacaram mudanças positivas que ocorreram em Moçambique. O Quinto Plano Nacional de Combate ao VIH/SIDA (2021-25) denuncia a discriminação com base na identidade de género e na orientação

sexual. Moçambique também apresentou um plano nacional de resposta ao VIH, denominado PEN IV, que se baseia nos direitos humanos e aborda o estigma, a discriminação e o assédio contra as pessoas que vivem com VIH, bem como contra algumas populações-chave.

Foram registados grandes progressos na África do Sul, onde o reconhecimento das populações-chave está altamente institucionalizado. Os documentos apresentados sublinham que a África do Sul é o país líder no reconhecimento das necessidades das populações-chave. O Plano Estratégico Quinquenal Revisto do Departamento do Ensino Básico incumbiu as escolas de desenvolverem directrizes para a protecção dos estudantes LGBTIQ+1. Foi também referido que o Plano Estratégico 2017-2020 e 2021-2027 do Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional inclui estratégias para as populações-chave. Além disso, o Plano Estratégico do Conselho de Investigação em Ciências Humanas 2016/2017-2020/2021 também aborda as necessidades das populações-chave.

As contribuições apresentaram alguns dos principais obstáculos à realização dos compromissos específicos relativos às populações-chave. O principal desafio generalizado identificado são os condicionalismos financeiros. Por exemplo, o Zimbabué continua a não afectar fundos suficientes e continuam a existir barreiras estruturais para as populações-chave. Embora exista um número considerável de serviços disponíveis para os trabalhadores do sexo, a falta de financiamento é o principal obstáculo ao cumprimento dos compromissos.

A criminalização dos trabalhadores do sexo foi também destacada como outro obstáculo que frustra os progressos no sentido da realização dos compromissos específicos para com estas populações, que enfrentam a violência dos agentes da autoridade, dos clientes e mesmo dos parceiros, aumentando assim o risco de contrair o VIH. Verificou-se uma redução generalizada do espaço para as ONG desempenharem o seu papel de advocacia no Zimbabué. Os documentos apresentados também acusam o extremismo religioso e cultural como obstáculo à realização dos compromissos específicos relativos às populações-chave.

Foi afirmado que a maioria dos países não tem capacidade nem vontade de fazer face aos desafios que as populações-chave enfrentam. Foi ainda destacado que os países hesitam em incorporar todos os Instrumentos Regionais da SADC que se referem à Programação da Saúde para as Populações-Chave. Existe também uma grande falta de dados científicos sobre as populações-chave, incluindo os obstáculos ao acesso aos serviços.

5.3 Prestação de Serviços de SDR para grupos vulneráveis durante crises humanitárias, especialmente em zonas rurais

As contribuições destacaram a experiência do Malawi na prestação de serviços de SDR a grupos vulneráveis durante crises humanitárias. Durante o ciclone Freddy, em 2023, o governo preocupou-se em fornecer alimentos e

abrigo às pessoas afectadas em detrimento dos serviços de SDSR e, consequentemente, registou-se um aumento no número de gravidezes precoces. A apresentação salientou que o FNUAP informou que as jovens grávidas não tiveram acesso a serviços pré-natais e de saúde sexual e reprodutiva. Esta situação levou a um aumento da taxa de abandono escolar, uma vez que as raparigas grávidas não podiam frequentar as aulas. Verificou-se uma diferença notória entre a prestação de serviços de saúde sexual e reprodutiva entre as populações rurais e urbanas, tendo estas últimas um melhor acesso aos serviços.

5.4 Reduzir as barreiras que impedem os alunos de aceder a um ensino de qualidade, o que aumenta as taxas de absentismo nas aulas e o baixo desempenho

As contribuições destacaram os desafios enfrentados pelos alunos no acesso a uma educação de qualidade. Os principais desafios destacados foram a distribuição desigual dos professores, as más instalações de ensino, e a falta de recursos didácticos. As apresentações indicavam ainda que, no Malawi, o governo tinha instituído medidas de austeridade numa tentativa de dar a volta à economia, o que foi prejudicial para o financiamento da educação que foi drasticamente reduzido. Foi igualmente salientada a falta de coordenação adequada entre o governo e as partes interessadas no sector da educação.

5.5 Acabar com o casamento infantil

As contribuições sublinharam que a luta contra o casamento infantil não só é uma obrigação legal, como também faz sentido em termos económicos, constituindo uma boa estratégia para alcançar a Agenda da SADC para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo. O casamento precoce continua a ser um problema em África. Na região da SADC, 40% das crianças casam-se antes de atingirem os 18 anos de idade. Foi também referido que o Malawi e Moçambique apresentam uma elevada prevalência de casamentos infantis. Este facto compromete as aspirações de promoção da criança do sexo feminino. É desconcertante que a maioria das raparigas seja forçada pelos pais a contrair matrimónio precoce.

As propostas lamentavam a falta de pessoas formadas para combater o casamento infantil nas comunidades. Indicaram que, além do mais, não existem estruturas comunitárias para lidar com o casamento precoce. Pelo contrário, as apresentações indicam que os países têm uma abordagem um tanto morna no que toca à monitorização dos progressos para acabar com os casamentos precoces.

5.6 O papel do Parlamento na promoção de agendas educativas inteligentes para a aprendizagem de competências para a vida e a prevenção de doenças

Uma das contribuições definiu as Agendas de Educação Inteligente com a utilização de tecnologias, como as ferramentas digitais, para melhorar as

experiências educativas. As agendas educativas inteligentes podem ser estimuladas se os países afectarem um orçamento suficiente para a agenda educativa inteligente. Também tem havido pouca sensibilização do público para a importância da agenda da educação inteligente. A apresentação sublinhou a necessidade de criar ambientes de apoio para introduzir a digitalização da experiência de aprendizagem. Sugeriu-se que os governos poderiam criar sinergias com as organizações da sociedade civil para ajudar a acelerar a adopção das agendas de ensino inteligente. Foi também salientado que existe uma lacuna nas leis para protecção da criança e para criação de um ambiente de aprendizagem seguro no espaço da aprendizagem digital que é cada vez maior.

5.7 Como acelerar a transposição para o ordenamento jurídico nacional da Lei Modelo da SADC sobre a Violência Baseada no Género a nível nacional e que medidas concretas podem ser tomadas para prevenir proactivamente a violência baseada no género nas comunidades e garantir apoio abrangente e justiça para os sobreviventes

Os contributos apresentados sublinharam que a Lei Modelo poderia ser um instrumento útil para a incorporação de disposições sobre VBG em leis devidamente elaboradas. Ou seja, a Lei Modelo poderia reforçar as leis nacionais sobre VBG, podendo também servir de referência para a análise das políticas nacionais e reforçar os pontos comuns em toda a região. A apresentação salientou, ainda, que a Lei Modelo poderia ser um estímulo ao debate e ajudar a aumentar a consciencialização sobre a VBG.

As apresentações assinalaram um grande número de desafios na Região da SADC no que diz respeito à VBG, nomeadamente:

- Falta de legislação adequada por parte dos Estados-Membros;
- Legislação diferente e fragmentada que trata da VBG;
- Falta de acesso adequado à justiça nos casos de violência baseada no género;
- Ausência de instalações judiciais e de reabilitação para lidar com a VBG;
- Leis omissas quanto à forma de acolher os requerentes de asilo, os refugiados e os apátridas; e
- Falta de uma unidade única para lidar com a violência baseada no género, o que leva a que sejam várias as instituições que lidam com estas questões.

As contribuições acentuaram a necessidade de os Estados-membros da SADC transporem a Lei Modelo para os seus regimes nacionais, uma vez que esta ajudaria a consolidar várias peças legislativas que tratam da VBG. O governo poderia também aproximar-se das OSC e criar sinergias para combater a VBG e vícios concomitantes. As contribuições salientaram ainda que a Lei Modelo poderia ser usada como modelo para elaborar leis sobre VBG que se adequassem às peculiaridades dos contextos nacionais individuais.

Foi, no entanto, lamentada a falta de um mecanismo por parte do FP da SADC para monitorizar os progressos feitos pelos Estados-membros na sua adesão aos compromissos dos quais são signatários.

Por conseguinte, foi sugerido que o FP da SADC PF criasse uma plataforma de revisão pelos pares, em que os Estados-membros apresentassem relatórios anuais destacando o estado dos compromissos para acabar com a VBG. Observou-se que, dada esta situação, é difícil para o FP da SADC fazer um acompanhamento atempado dos compromissos assumidos.

Outra observação preocupante feita nas apresentações foi a falta de um ambiente propício que permita às OSC fazerem pesquisas sobre a VBG. Foi salientada a falta de informação dos países membros, por exemplo, a falta de relatórios semestrais de cada membro sobre a aplicação, cumprimento e regulamentos relativos à VBG. A partilha de dados poderia ajudar na comparação de experiências e ideias.

5.8 Como ultrapassar os obstáculos à educação e ao desenvolvimento de competências das raparigas e das mulheres para garantir a igualdade de acesso às oportunidades educativas

As contribuições feitas sublinharam que a discriminação de género é frequente no sector da educação e que esta situação é agravada pela falta de políticas e de leis que proíbam o trabalho infantil e o casamento precoce. Não existe uma coordenação adequada entre os governos e outras partes interessadas que permita aumentar a consciencialização para acabar com o trabalho infantil e o casamento precoce. A este respeito, foram apresentadas as seguintes propostas e mecanismos para garantir a igualdade de acesso às oportunidades educativas:

- Os parlamentos dos Estados-membros da SADC poderiam dar prioridade à educação na dotação orçamental, o que resultaria numa melhoria das infra-estruturas;
- Promover agendas educativas inteligentes;
- Atrair e reter profissionais da educação qualificados;
- Melhorar os salários dos professores;
- Oferecer programas de desenvolvimento profissional aos professores;
- Investir em programas de formação profissional;
- Atenuar o impacto das catástrofes climáticas no abandono escolar; e
- Desenvolver planos de emergência para métodos de aprendizagem alternativos em caso de catástrofe.

5.9 Como é que o Parlamento se pode envolver ativamente com o tema "Educação 2024" da União Africana e com o seu roteiro para a educação, destinado a incentivar os Estados-Membros a aplicarem medidas para eliminação das causas profundas que impedem a educação a todos os níveis

As contribuições sublinharam a importância de um envolvimento ativo entre o FP da SADC e o Tema da Educação Africana 2024, sugerindo que era

necessário aplicar uma lente de inclusão na aceleração da educação digital, uma vez que poderia haver o risco de marginalizar as Pessoas com Deficiência. Foi também indicado que a digitalização da educação poderia inadvertidamente afetar os direitos dos estudantes com deficiência de uma forma significativa e adversa. A apresentação fez um apelo aos governos para que invistam em tecnologias inclusivas que se traduzam na capacitação das pessoas com deficiência para serem independentes na sala de aula.

A apresentação também sublinhou a necessidade de criar e estimular o investimento na educação digitalizada, o que poderia ser facilmente realizado através da criação de sinergias com as partes interessadas relevantes. A apresentação sublinhou ainda a falta de formação adequada de alunos e professores na utilização eficaz dos dispositivos digitais.

Uma outra apresentação apelou aos parlamentos nacionais para que se envolvam no Tema da UA para 2024 através da promulgação de legislação coadunável com o tema. A maioria das instituições de ensino na região da SADC produz licenciados sem competências para o mercado de trabalho. As competências aprendidas pelos estudantes não podem ser facilmente convertidas em resultados que transformem as comunidades em que vivem.

Foi também salientado que os currículos educativos em alguns Estados Membros são obsoletos e não estão em sintonia com as exigências da economia global moderna. Esta situação é exacerbada pela incapacidade do FP da SADC desempenhar um papel de supervisão, monitorizando os Estados-membros e ver como os currículos educativos poderiam ser adaptados às exigências modernas.

5.10 Desbloquear um futuro mais saudável: dar prioridade ao controlo do tabaco na região da SADC e à necessidade urgente de iniciar debates sobre o estabelecimento de uma Lei Modelo da SADC sobre o Controlo do Tabaco

Os documentos apresentados revelaram que os problemas de saúde causados pelo tabaco constituem uma grande preocupação na região da SADC. O Zimbabué e o Malawi são os maiores produtores e exportadores de tabaco na região. Mais de 20 milhões de pessoas na região da SADC consomem produtos do tabaco. Foi igualmente salientado que o consumo de tabaco é a principal causa de morte evitável, causando mais de 60 000 mortes por ano na região.

Foi também apresentado que a elevada prevalência do consumo de tabaco na Região da SADC é impulsionada por vários factores que incluem a influência da indústria do tabaco, normas sociais que apoiam o consumo de tabaco, e políticas e regulamentos fracos no que tange ao controlo do tabaco. Os impactos do consumo de tabaco na saúde são significativos e o tabagismo está ligado a uma série de doenças crónicas que incluem o cancro do pulmão, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias. O tabagismo passivo é também significativo, colocando em risco os não fumadores, incluindo crianças e mulheres grávidas.

Foi ainda referido que os esforços para combater a epidemia do tabaco na região da SADC são limitados, uma vez que muitos países não dispõem de políticas e programas abrangentes de controlo do tabaco. A Convenção-Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco (CQCT) poderia ser utilizada como um roteiro para um controlo eficaz do tabaco, incluindo estratégias como a tributação do tabaco, ambientes sem fumo e proibições abrangentes do tabaco e da sua promoção. Embora os Estados-membros da SADC tenham tomado algumas medidas para controlar o consumo de tabaco, os desafios persistem. Através da ratificação da CQCT, foram registados alguns níveis de controlo.

O apresentador reconheceu que, embora não fosse possível eliminar o tabaco *in toto* em África, é necessário criar regulamentos se a região está interessada em criar um futuro sustentável. A SADC deveria elaborar uma Lei Modelo da SADC sobre o Controlo do Tabaco, que seria importante de várias formas, uma vez que promoveria a uniformidade através da harmonização das leis nos países da SADC, garantindo assim medidas de controlo coerentes e eficazes. A Lei Modelo poderia apoiar a cooperação regional, facilitando a cooperação e a coordenação entre os países da SADC, promovendo a informação e partilhando esforços conjuntos para combater a epidemia do tabaco. Os países com recursos limitados também poderiam beneficiar desta cooperação. Além disso, o apresentador defendeu que a Lei Modelo poderia convidar ao reconhecimento global, demonstrando o empenho da SADC nos esforços internacionais de controlo do tabaco. A Lei Modelo permitiria, também, que os países da SADC cumprissem as obrigações internacionais, como a implementação da CQCT da OMS.

Uma das contribuições lamentou o impacto do tabaco na juventude. As estatísticas demonstram um aumento significativo do consumo de tabaco entre os jovens da SADC, o que levou a um aumento de doenças relacionadas com o tabagismo, incluindo problemas respiratórios, problemas cardiovasculares e cancro. Os dados sublinham a necessidade urgente de medidas eficazes de controlo do tabaco. Há pouco conhecimento sobre a CQCT. A contribuição defende que é imperativo que os Estados promovam ambientes livres de tabaco, através da sensibilização sobre os efeitos nocivos do tabaco e da instituição de políticas de controlo do tabaco.

A proposta reconhece a importância de se adoptar uma abordagem regional harmonizada em matéria de controlo do tabaco para fazer aos desafios transfronteiriços de forma eficaz. A existência de uma Lei Modelo, conforme proposto, poderia ajudar a normalizar a regulamentação e reforçar a cooperação regional nos esforços de controlo do tabaco. Foi igualmente sublinhada a necessidade de uma ação global urgente e imediata para combater o consumo de tabaco entre os jovens.

5.11 Aproveitar a investigação liderada por jovens na integração das doenças não transmissíveis na luta contra o VIH/TB

Um dos contributos salientou que os jovens não estavam geralmente envolvidos no trabalho de investigação, sendo o principal obstáculo a falta de financiamento. A investigação conduzida pelos jovens poderia promover a sua participação nos problemas que os afectam. A apresentação também salientou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) previu que, até 2030, as doenças não transmissíveis poderiam ser a maior causa de morte entre as pessoas. Foi sublinhada a necessidade de melhorar a investigação liderada por jovens através do desenvolvimento de um quadro jurídico que permita o desenvolvimento da investigação.

5.12 Apelo para acelerar a transposição da Lei Modelo da SADC sobre a Violência Baseada no Género para o direito nacional e abordar de forma abrangente os desafios da VBG na região da SADC

A apresentação sublinhou a necessidade de uma ação imediata para adotar e implementar a Lei Modelo da SADC sobre a VBG, o que ajudará a combater a VBG na SADC. A taxa de prevalência da VBG varia significativamente entre os Estados-membros. O estigma é frequente nos serviços de aplicação da lei quando as pessoas denunciam o problema, uma atitude que prejudica os esforços destinados a abordar o efeito da VBG. Foi salientado que este estigma está enraizado no patriarcalismo. A VBG é generalizada na SADC, sendo as vítimas principalmente mulheres e raparigas. É muito gravoso o facto de os perpetradores não sofrerem represálias. A apresentação defendeu a rápida transposição para o direito nacional da Lei Modelo sobre VBG, uma vez que poderia levar à colaboração e coordenação entre os Estados-membros.

5.13 Não deveria ser necessário um tema anual: Educar para o lugar de África na 4ª Revolução Industrial

A proposta recebida alerta para o risco de cair na armadilha do ciclo de criação de temas exuberantes que vão e vêm sem se traduzirem em qualquer benefício material significativo para as pessoas. Os principais obstáculos à educação em África residem na falta de acesso a uma educação de qualidade, associada a infra-estruturas inadequadas e à falta de propinas *[sic]*, o que torna inevitável o abandono escolar. Outro grande problema identificado foi a falta de qualidade da formação dos professores. Os programas de ensino na maioria dos Estados africanos são relíquias coloniais que não estimulam a inovação e a industrialização. O principal problema identificado é o financiamento inadequado da educação, havendo vários países africanos que afectam menos de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) à educação.

5.14 Educação sexual abrangente (ESA)

O Comité foi alertado para o facto de a população jovem ser a mais numerosa em África. Um terço da população da África Austral tem entre 18 e 24 anos e é a população que mais corre o risco de contrair o VIH/SIDA. Foi igualmente

afirmado que o número de jovens poderia duplicar até 2050. É preocupante o facto de os adolescentes não terem conhecimentos suficientes sobre sexualidade. A ESA tem como objetivo desenvolver os alunos de forma holística, tornando-os cidadãos responsáveis.

6.0 OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

Durante as deliberações subsequentes, o Comité Permanente para o Desenvolvimento Humano e Social e Programas Especiais:

Reconhecendo que a discriminação em função do género é frequente nas instituições de ensino da região da SADC e que esta é agravada pelos casamentos precoces e pelo trabalho infantil, sendo as raparigas as principais vítimas;

Consciente de que as calamidades climáticas, como os ciclones e as secas, se tornaram omnipresentes na região da SADC, provocando o abandono escolar;

Desejoso de estabelecer mecanismos para aliviar a pobreza como principal fator de afastamento das crianças da escola, particularmente em regiões com elevadas taxas de pobreza;

Apreciando o facto de os parlamentos terem um papel a desempenhar na resolução dos desafios logísticos e infra-estruturais que afectam a prestação do ensino básico;

Preocupado com a perda contínua de profissionais qualificados no sector da educação, incluindo professores;

Consciente da emergência e utilidade das Agendas Educativas Inteligentes no ambiente de aprendizagem digital cada vez mais alargado;

Consciente de que as inovações no sector da educação estão a florescer noutras partes do mundo e que a região da SADC não existe isolada do mundo da aprendizagem digital;

Reconhecendo a importância do tema da União Africana Educação 2024 e afirmando o papel que os órgãos regionais desempenham na eliminação dos problemas que afectam a educação a todos os níveis;

O Comité recomenda, pois, que a 54^a Assembleia Plenária:

Exorte os Governos da Região da SADC a investirem mais em campanhas de sensibilização sobre as alterações climáticas, em sistemas de alerta precoce e a elaborarem planos de contingência expeditos sempre que ocorram calamidades climáticas. Isto pode ser conseguido se os países membros colaborarem com as Organizações Não Governamentais (ONG);

Apele à SADC para que crie um mecanismo para medir os níveis de cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados membros;

Implore aos parlamentares dos Estados Membros da SADC que revejam e revoguem progressivamente as leis que criminalizam as populações-chave e que tomem medidas para impedir a promulgação de novas leis de criminalização;

Encorajem os Parlamentares a exortar os Estados Membros da SADC a liderar a transposição para o direito nacional de todos os Instrumentos Regionais da SADC que se referem a programas de saúde para as populações-chave;

Apelem aos Estados Membros da SADC para que aumentem o financiamento da educação e criem mais sinergias com as partes interessadas no sector da educação. Deveria haver um aumento exponencial do orçamento para as agendas de educação inteligente;

Exortem os Estados Membros da SADC a adoptarem uma plataforma de avaliação pelos pares, em que apresentem relatórios anuais que destaquem os progressos realizados na concretização dos compromissos assumidos;

Incentivem os parlamentares dos Estados Membros da SADC a conceberem estratégias para atrair e reter profissionais da educação qualificados;

Exortem os Governos dos Estados Membros da SADC a investirem em programas de formação técnica e profissional;

Incentivem os Governos dos Estados membros a reverem os currículos escolares, uma vez que a maioria dos currículos se tornaram relíquias do legado colonial e não estão em sintonia com as exigências do mundo moderno; e

Exortem os Parlamentos da SADC a criarem um quadro jurídico que permita a incubação e o desenvolvimento da investigação liderada por jovens.

7.0 CONCLUSÃO

Em conclusão, há que reconhecer que o desenvolvimento humano e social na região da SADC continua a ser ameaçado pelos caprichos das alterações climáticas e pelas catástrofes daí resultantes, como ciclones, secas e inundações. Estas calamidades naturais têm um efeito dominó nos serviços sociais como a educação e a saúde. As catástrofes climáticas continuam a ser generalizadas na África Subsariana, sendo a região da SADC a mais afetada, tendo registado numerosas catástrofes climáticas que exacerbaram vícios como o casamento infantil, o trabalho infantil e o abandono escolar. A situação foi ainda agravada pela falta de pessoal devidamente formado no domínio da educação, uma vez que alguns Estados-membros enfrentam uma fuga de competências devido à volatilidade do contexto macroeconómico. No

entanto, podem ser adoptadas várias medidas para atenuar a situação. Os Estados-membros da SADC têm uma tarefa enorme pela frente relativamente à nova agenda da educação e à instituição de políticas sociais centradas no ser humano para incentivar o crescimento económico e social sustentável.

Sra. Rosie BISTOQUET
PRESIDENTE

Sra. Petronella HAZVINA
SECRETÁRIA DO COMITÉ

8.0 APÊNDICE:

LISTA DE FUNCIONÁRIOS

- | | | |
|----|------------------------------------|----------------------------|
| 1. | Sra. Boemo Sekgoma | Secretária-Geral |
| 2. | Sr. Joseph Manzi | Secretariado do FP da SADC |
| 3. | Sr. Sheuneni Kurasha | Secretariado do FP da SADC |
| 4. | Sr. Ronald Windwaai | Secretariado do FP da SADC |
| 5. | Sra. Paulina Kanguatjivi | Secretariado do FP da SADC |
| 6. | Sra. Petronella Hazvina (Zimbabuê) | Secretário do Comité |
| 7. | Deborah Sanja | Moderadora |